

Por Ricardo Zibas*

Alguns dizem que os relatórios de sustentabilidade são uma perda de tempo e dinheiro, insistindo que são publicações tão densas e maçantes que ninguém se daria ao trabalho de lê-los. Outros ainda veem estes relatórios como veículos de propaganda e greenwashing, uma oportunidade para as empresas supervalorizarem suas credenciais socioambientais sem qualquer real intenção de mudanças.

A KPMG conduziu uma pesquisa detalhada sobre os relatórios de sustentabilidade publicados nas 250 maiores empresas globais e nas 100 maiores empresas de 41 países. Esta pesquisa tem sido realizada a cada dois anos, desde 1993. Os resultados obtidos nesta edição fornecem subsídios para que possamos mudar o foco desta discussão.

Primeiramente, observa-se um crescimento expressivo do número de relatórios publicados em países emergentes, especialmente na região da Ásia – Pacífico. Hoje este tipo de relatório é elaborado por 71% das 100 maiores empresas da região, contra menos da metade (49%) há dois anos.

A região das Américas ultrapassou a Europa como a região líder em publicação de relatórios (76% contra 73%) basicamente por conta do aumento verificado em países da América Latina.

No caso do Brasil, constatamos uma redução relativa no número de relatórios publicados (88% em 2011 para 78% em 2013) devido alteração da base amostral utilizada. Como são analisados os relatórios das 100 maiores empresas, a redução se deve, principalmente, à saída e entrada de empresas nesta categoria.

De uma forma geral, podemos afirmar que o número de relatórios publicados no Brasil tem se mostrado estável, em torno de 80%, após um pico de crescimento na última década. Este índice é condizente com o máximo obtido em países onde o relato de informações socioambientais não é obrigatório por lei. Índices próximos de 100% só são encontrados em locais onde existe algum tipo de compliance (França e Dinamarca com 99%, África do Sul com 98%).

Outra tendência é que se tornou cada vez mais comum a divulgação das informações socioambientais nos relatórios financeiros anuais (51% atualmente contra 20% em 2011 e 4% em 2008). Ainda não é o tão desejado “reporte integrado”, mas, sem dúvida, uma nítida evolução.

Além disso, é possível notar que o uso das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) é praticamente universal: 78% das 250 maiores empresas globais utilizam este padrão de reporte. Em alguns países (Brasil, Suécia, Coréia do Sul, Portugal, Chile) este índice é de 90%.

Podemos ressaltar também, que mais da metade dos relatórios são assegurados por uma terceira

parte independente. A asseguração das informações por terceiros provê confiança sobre a qualidade das informações. À medida que cresce a importância do controle sobre os indicadores reportados, em decorrência de novas normas regulatórias ou de compromissos voluntariamente assumidos, a asseguração também tende a se valorizar. No caso brasileiro, chama a atenção o porcentual de relatórios assegurados. Enquanto a média global é de 38%, no nosso caso a taxa sobe para 56%.

Não existe mais espaço para a discussão se as empresas devem ou não elaborar um relatório de sustentabilidade. De acordo com o que foi constatado na pesquisa, isto já se tornou uma prática padrão. As perguntas que devem ser feitas agora são sobre o que incluir no relatório e como fazê-lo.

O relatório é uma ferramenta essencial para a gestão de negócios e não deve ser produzido simplesmente para amenizar potenciais críticas e destacar as boas ações de uma empresa. Ele deve possibilitar que uma organização entenda sua exposição aos riscos provocados por um ambiente de negócios cada vez mais volátil e sua capacidade de explorar as novas oportunidades geradas. Deve ser o meio pelo qual uma empresa coleta e analisa dados que são determinantes no seu processo de geração de valor e de adaptação a mudanças ambientais e sociais no longo prazo, além de ser capaz de convencer os investidores sobre o seu futuro, que deve ir além do próximo trimestre ou ano.

*Ricardo Zibas é diretor da área de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade da KPMG no Brasil.

Fonte: Ricardo Viveiros & Associados, em 18.03.2014.